

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



29

Discurso na audiência com os Secretários Estaduais de Agricultura

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE MARÇO DE 1998

Senhor Ministro Arlindo Porto; Dr. Graziano, e nele saúdo todos os Secretários de Agricultura que aqui se encontram; Senhores e Senhoras,

Acabo de escutar, com muita atenção, como todos os senhores e as senhoras, essa declaração em favor dos "com-terra" feita pelo Secretário Graziano. E uma outra referência dizia que até os economistas passaram a entender um pouco da terra e a se preocupar com ela. Eu, por sorte, sou sociólogo e, por isso mesmo, sempre me preocupei com a terra.

Acho que as ponderações aqui expendidas são corretas. Recentemente, num encontro que tive com o Ministro da Reforma Agrária, Dr. Jungmann, ele próprio me mostrou as diferenças entre o Procera e o Pronaf.

Talvez fosse o caso não de igualar o Pronaf ao Procera, mas de fazerse algo mais equilibrado dos dois lados, porque, efetivamente, como o Brasil todo sabe, nós fizemos um grande esforço e estamos assentando centenas de milhares de pessoas – em condições de dificuldade, mas estamos vencendo essa batalha. E vêem-se hoje, cada vez mais, os movimentos que aí existem e que estão se tornando cada vez mais políticos e mais até insistentemente violentos, como o de ainda ontem. São movimentos que, provavelmente, já esgotaram o seu conteúdo social. Agora, nós temos que cuidar é que aqueles que estão assentados pela reforma agrária produzam; e que, por conseqüência, os que já estão produzindo sem a reforma agrária sejam apoiados: os milhões de sitiantes e de pequenos proprietários de unidades familiares de produção.

Isso é verdade. Acho que o Governo deu uma atenção necessária ao assentamento, ao sem-terra, mas está mais do que na hora de multiplicar as atenções para com aqueles que têm terra e que trabalham a terra; e de fazer com que os antigos sem-terra, também eles, trabalhem a terra. E temos que dar as condições de produtividade.

Sei que existe um esforço grande, na Emater, no Ministério da Agricultura. Sem esse entrosamento entre o Ministério da Agricultura, o sistema de extensão rural e as Secretarias de Agricultura, dificilmente haverá mudança efetiva. Mas acho que nós podemos ainda fazer mais.

Saibam os senhores que o Ministro Arlindo Porto disporá – já dispõe, este ano – de eu creio que mais de 40 milhões de reais para atender ao sistema Emater, que é um sistema estadual, não é federal, mas sem o qual acho que nós não vamos avançar grandemente nas transformações pelas quais o Brasil está passando e que precisam ser aceleradas.

Queria dizer, também, que o Secretário Graziano mencionou um ponto crucial, que é o sistema de crédito. O nosso sistema de crédito data dos anos 60. A nossa lei de crédito precisa ser alterada. Os nossos bancos cresceram na inflação e agora estão apenas saindo das dificuldades que enfrentaram na transição para uma fase não-inflacionária. Mas, para que eles realmente sirvam à sociedade, não apenas se sirvam da sociedade, é preciso que aprendam, também, a correr risco e a fazer o cálculo de risco. Quando as garantias são exageradas, não há risco. Então, para que o juro? O juro é o prêmio, é o preço que o capital cobra pelo risco que corre. Se não há risco, o juro passa a ser usura, não tem uma razão social.

Ora, o que estou querendo dizer com isso, de correr o risco junto com o produtor? Os bancos têm que aprender – e os nossos, os bancos

oficiais também – a apostar no produtor. A aposta, evidentemente, não pode ser feita sem informação, e não pode ser para todo produtor: tem que se ver se a pessoa realmente é capaz, não pelo bem que ela deixa hipotecado, mas pela sua capacidade de realização, de garantir que vai ter algum resultado e, portanto, que vai pagar ao banco. Estou propondo não um sistema – nem caberia – sem garantias, mas um sistema que não cobre garantias impossíveis para aqueles que estão plantando em condições muito precárias, mas que têm capacidade de trabalho.

Ainda recentemente, recebi uma carta de uma pessoa, que não conheço, de uma pequena indústria, do interior de São Paulo, que produz objetos de vestimenta. Bastante desesperada. A pessoa que escreveu escreve corretamente o português, numa carta bem escrita, à mão, dizendo: "Olha, eu não consigo nada nos bancos, porque não tenho haveres." Não obstante, ela me deu lá uns dados a respeito do que estava produzindo.

Ora, se nós queremos, como queremos; se nós precisamos, como precisamos multiplicar o emprego, atender à multiplicidade de empreendimentos, é preciso que haja um pouco mais de ousadia na disponibilidade de recursos. Acho que essa mudança de mentalidade no sistema financeiro é o que se impõe neste momento.

Os países que cresceram bastante, na base, enfim, de uma expansão imensa da sua rede produtiva, como os Estados Unidos, têm um sistema financeiro que aprendeu a ter cálculo de risco, a examinar um projeto, a verificar e dizer "Esse pode e esse não pode", não em termos, simplesmente, de uma segurança absoluta.

Como também foi aqui mencionado pelo Secretário Graziano, é certo que o crescimento sustentado não vai depender apenas do grande capital e do grande empreendimento, do agrobusiness. Ele vai depender do entrosamento desse agrobusiness com milhões de empresários menores, pequenos, médios, os quais são, precisamente, aqueles que requerem mais aposta em termos da sua capacidade de produzir do que de garantias.

Portanto, acho que o tema está bem posto, bem colocado. E nós, nesta fase de transição da sociedade brasileira, estamos passando, tam-

bém, por essas modificações nos nossos velhos hábitos organizacionais. Isso pega as Secretarias de Agricultura, as Emateres, o Ministério, o Governo da República, mas pega as organizações privadas também.

Quer dizer, nós temos que mudar profundamente o modo pelo qual nos acostumamos a trabalhar. Muitas vezes, faz-se uma luta imensa, eu participo dela, para obter recursos, se alocam os recursos, e não acontece nada. Porque, se não houver capilaridade, se o recurso não chegar lá embaixo, ele fica bloqueado, aí, pelos canais burocráticos. E aqui, em Brasília, só temos os resultados globais, nunca sei realmente se lá embaixo está havendo a filtragem necessária para que a produção seja beneficiada pelas medidas que estão sendo implementadas.

De modo que eu acho que o esforço conjunto é esse mesmo. E qualquer sugestão concreta terá o meu apoio, na direção de uma correção nessas formas de crédito e na correção, também, no que diz respeito à centralidade da agricultura, no crescimento da economia brasileira.

Uma das pessoas que têm contribuído mais para que nós entendamos melhor esses processos de adequação da economia brasileira aos mecanismos de globalização é o Dr. Eliezer Batista. E, no esforço que ele tem propiciado, nessa matéria de remodelagem do desenvolvimento, ele tem uma idéia simples, mas central, que é a seguinte: no mundo moderno – isso é uma obviedade – o que agrega valor é o conhecimento, é a informação e o conhecimento.

Agora, um país como o Brasil ainda está defasado do centro de produção de informação, de conhecimento; e, portanto, num nível de *high-tech*, de alta tecnologia, nós temos, ainda, dificuldades. Até nós podermos chegar a um ponto de competição, nesse nível, é uma tarefa de gerações; não é de governos, não é de mandatos: é de gerações. Mas, enquanto não se chega lá, nós temos alguns recursos centrais.

Aqui nós já temos algo instalado, de universidades, de desenvolvimento industrial; mas, basicamente, nós tínhamos agricultura e mineração, que eram produtos primários. Hoje, à agricultura e à mineração se agregam também conhecimentos. Já existe uma sofisticação. De qualquer maneira, são produtos cujo ciclo de capital é rápido: a agricul-

tura devolve rapidamente o que se investe. Portanto, ela permite o financiamento dos ciclos de mais longo prazo.

Quem não entender isso e quem não colocar, portanto, a agricultura na centralidade da compreensão do projeto do Brasil, não entende do que se trata. Realmente, pela peculiaridade do que acabo de dizer, ou nós utilizamos a fundo a agricultura, que nos permitirá a acumulação de recursos, e ganhando tempo para que possamos, noutras áreas, avançar e, digamos, essas outras áreas também terão uma repercussão sobre a agricultura, porque a agricultura é cada vez mais, hoje, uma agricultura de base, também ela, tecnológica; ou não fazemos isso e ficamos sem ter condições de ultrapassar a desvantagem momentânea que temos, no que diz respeito à nossa capacidade de competição.

Portanto, termino, como sociólogo, falando de economia. Ou seja, os economistas têm, realmente, como tem sido feito já algum esforço nessa direção, de colocar a agricultura no centro das questões.

Alguns aqui me acompanharam, quando fui Ministro da Fazenda, e sabem que a minha obsessão, como Ministro da Fazenda, era o financiamento à agricultura, por essa razão, não por outra razão, porque eu já entendia o mecanismo: ou bem se retomava a agricultura, ou não havia como dar tempo para que nós pudéssemos retomar as outras áreas do desenvolvimento nacional.

Por sorte, a agricultura está sendo retomada. A produção que nós esperamos, a colheita deste ano — espera-se uma boa colheita — será por volta de 80 milhões de toneladas de grãos. Tendo perdido tempo, recuperamos o tempo agora, na produção do algodão. Expandimos a produção de soja este ano; os preços estão razoáveis. O café também sofreu uma boa transformação. Quer dizer, em alguns setores-chave, conseguimos avançar, assim como também na pecuária, sobretudo no combate à aftosa e a outras enfermidades que prejudicavam a nossa capacidade de avançar, na pecuária.

Acho que houve um avanço, nesses anos. E acho que, portanto, chegou, realmente, a hora de que esse avanço não se restrinja àqueles que estão na ponta da produção, mas que ele possa ter uma multiplicação e se enraizar na sociedade brasileira, em termos efetivos de uma maior

participação dos pequenos e médios produtores, que podem contar, certamente, com o apoio do Ministério da Agricultura, do Ministro Arlindo Porto e com meu apoio pessoal. Quanto mais entrosamento houver entre os governos dos estados e o Governo da República e, depois, de nós todos com os produtores, melhor será.

Muito obrigado.